



## A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Francisca Meire do Nascimento Moreira<sup>1</sup>  
Francisca de Assis Teixeira dos Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

A avaliação educacional no Brasil visa medir a qualidade dos serviços educacionais ofertados à população. Esta verificação ocorre mediante a adoção do modelo de Teoria de Resposta ao Item (TRI) presente nas avaliações externas que são aplicadas periodicamente pelo Governo Federal. Assim, esse estudo tem por objetivo verificar o nível de compreensão e satisfação dos professores da educação básica em relação ao sistema de Avaliação Educacional vigente. Apresentando respaldo teórico em: Libâneo (2012), Luckesi (2012), entre outros autores que tratam sobre Avaliação Educacional, e ainda, nos dados sobre avaliação produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A investigação tem por método uma abordagem qualitativa, a pesquisa é de natureza básica de cunho exploratório. Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados, utilizou-se de questionário on-line de autopreenchimento disseminado junto a docentes dos Estados do Ceará e de Roraima, também foi feita uma busca minuciosa de dados adicionais disponíveis na Internet, de modo a se perscrutar sobre o Sistema de Avaliação Educacional no Brasil. A partir deste estudo é possível destacar que: a) o Sistema de Avaliação da Educação brasileira diverge da forma como a avaliação da aprendizagem acontece no cotidiano escolar; b) os docentes apresentam dificuldades para trabalhar com a Teoria de Resposta ao Item (TRI) em suas metodologias de ensino; c) a formação continuada ofertada aos professores não atende às reais necessidades deste no campo da Avaliação Educacional. Concluiu-se ao final da pesquisa que a Avaliação Educacional no Brasil precisa dialogar com a avaliação educacional, para que a aprendizagem ocorra de forma efetiva. Considera-se, portanto, que a formação continuada é ferramenta fundamental na docência, pois, contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, favorecendo as capacidades reflexivas sobre a própria prática, elevando-a a uma consciência individual e coletiva.

**Palavras-chave:** Avaliação da aprendizagem, Formação de professores, Teoria de Resposta ao Item.

---

<sup>1</sup>Licenciada em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA;Especialista em Avaliação Educacional; Mestre em Ciências da Educação pela Universidade da Madeira-UMa/PT;Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa- PT.Email: franciscameirebiologia@gmail.com.

<sup>2</sup>Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Roraima-UFRR Especialista em Metodologia da Língua Portuguesa pela Instituto Brasileiro de Pesquisa e Extensão-IBPEX; Email:assisteteixeira40@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Tratar sobre Avaliação Educacional no Brasil, é trazer questões sobre políticas educacionais, estas podem se manifestar em qualquer nível e não apenas no âmbito do governo central. A esfera de abrangência das políticas educacionais é ampla, dado que se refere a planos de educação de largo espectro, chegando a cada escola e até mesmo sala de aula. Neste artigo traz-se a esfera das políticas educacionais voltadas para a Avaliação Educacional na perspectiva dos professores da Educação Básica.

Nascimento (2013), afirma que, desde as primeiras instituições educacionais no Brasil, a implementação de políticas públicas visa um ensino de qualidade. O que tem sido um desafio constante para o sistema educacional brasileiro.

Nesta perspectiva de política pública, surgiu o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), como uma iniciativa de avaliação em larga escala, realizada periodicamente com o objetivo de medir a qualidade do ensino básico no Brasil. Esse sistema é composto por um conjunto de instrumentos que permitem a coleta de dados sobre o desempenho dos estudantes. A condução do Saeb está sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2021).

O sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), é o principal sistema de avaliação e monitoramento da educação no Brasil, que foi implementado na década de 1990, estruturado com o objetivo de produzir informações detalhadas sobre o desempenho da Educação Básica em todo o país, utilizando dados provenientes das redes estaduais e municipais de ensino (Castro, 2009). Esta verificação ocorre mediante a adoção do modelo de Teoria de Resposta ao Item (TRI) presente nas avaliações externas que são aplicadas periodicamente pelo Governo Federal. O sistema começou a ter notoriedade na sociedade, após a implementação da Prova Brasil e a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Desde então, os resultados das avaliações passaram a ser divulgados por escola, intensificando o interesse e a atenção pública sobre a qualidade da educação oferecida nas instituições de ensino do país.

Com a criação do Saeb atualizou-se a forma de verificar a qualidade das redes de ensino em nível nacional, sendo que “instrumentos de coleta são as provas aos alunos, questionários contextuais aplicados a alunos, professores e diretores, questionário sobre as condições da escola” (Gatti, 2009, p.12). Assim, a avaliação engloba fatores sociais e culturais, tendo um sentido mais amplo, que de acordo com Luckesi (2012, p. 33), “é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão”, portanto,

a avaliação é uma ferramenta fundamental para a reflexão, intervenção e aprimoramento do ensino.

Diante da relevância do Saeb, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreensão sobre a percepção dos professores em relação a este sistema, pois o mesmo de acordo com as vivências do contexto escolar, é composto por avaliações externas a escola que são aplicadas por pessoas também externas e geram resultados que classificam as aprendizagens como adequadas ou não. Diante deste contexto, o questionamento deste estudo é: qual a percepção dos professores da educação básica sobre o sistema de avaliação da avaliação básica no Brasil?

Para responder a este questionamento tem-se por objetivo verificar o nível de compreensão e satisfação dos professores da educação básica em relação ao sistema de avaliação educacional vigente no Brasil. A investigação tem por método uma abordagem qualitativa, a pesquisa é de natureza básica de cunho exploratório. Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados, utilizou-se de questionário on-line de autopreenchimento disseminado junto a docentes dos Estados do Ceará e de Roraima, além de um levantamento bibliográfico sobre a temática.

O Artigo está dividido em (05) cinco seções, contendo primeiramente a parte introdutória e a aproximação com a temática. Na segunda seção traz-se a metodologia da pesquisa, na terceira seção apresenta-se o pensamento dos principais teóricos que amparam este estudo. Na quarta seção tem-se os resultados e discussão da pesquisa e para finalizar, tem-se as considerações finais e as referências do estudo.

Acredita-se que esta pesquisa seja relevante para todos os profissionais da educação, para os pesquisadores do assunto, ainda para a construção do conhecimento científico e para a toda a comunidade acadêmica, servindo de base para futuras pesquisas e ainda para nortear os gestores estaduais e municipais sobre a percepção dos professores sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), fornecendo subsídios diagnósticos e prognósticos para a implementação de políticas públicas educacionais.

## **2.METODOLOGIA**

A investigação tem por método uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é menos estruturada, no entanto, busca se aprofundar no tema para obter informações sobre as motivações, as ideias e as atitudes das pessoas (Minayo, 2007). Os dados qualitativos coletam informações que não buscam apenas medir, mas descrevê-lo e compreendê-los (Gil,2007).



O estudo caracteriza-se como de natureza pura de objetivos exploratórios e descritivos. Conforme Gil (2007) as pesquisas descritivas salientam -se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo. O autor afirma, ainda que, parte dos estudos exploratórios também utilizam pesquisas bibliográficas.

Neste contexto, foi feito um levantamento bibliográfico dando ênfase às leituras de artigos acadêmicos, monografias, dissertações e teses, voltadas para a temática. Os autores e documentos que embasam este estudo são principalmente: Castro (2009), Libâneo (2012), Luckesi (2012), Santos (2022), Horta Neto (2016) e outros autores relevantes.

Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados, utilizou-se de questionário on-line de autopreenchimento disseminado junto a docentes dos Estados do Ceará e de Roraima. Em seguida foi feita uma análise minuciosa dos resultados, os quais serão apresentados durante as discussões deste estudo.

### **3.REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção apresenta uma visão geral do desenvolvimento da Avaliação Educacional no Brasil, destacando a relevância do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) na análise da qualidade da educação no país. Instituído como uma política de Estado, o Saeb desempenha um papel essencial no monitoramento da aprendizagem cognitiva dos estudantes no decorrer dos anos.

#### **3.1.Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil**

A implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em nível nacional transformou a forma como os sistemas de ensino são avaliados. Ao invés de focar apenas na expansão da rede escolar, o Saeb avalia o aprendizado dos alunos, permitindo comparações mais precisas entre diferentes sistemas educacionais.

De acordo com Oliveira e Araújo (2005), essa abordagem revela a qualidade do ensino e não apenas o crescimento da rede educacional. Assim, o Saeb se destaca como uma ferramenta fundamental para a análise do desempenho escolar e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Conforme Luckesi (2012), a avaliação educacional é essencial para aprimorar o sistema de ensino, pois, permite identificar práticas pedagógicas que geram bons resultados e corrigir aquelas que não geram. Além disso, proporciona um monitoramento contínuo das políticas



educacionais, possibilitando a detecção de seus impactos, sejam positivos ou negativos. Soares, Cesar; Mambrini (2021), afirmam que, a avaliação atua como um instrumento essencial para ajustes e melhorias, assegurando que os objetivos educacionais sejam atingidos de forma eficaz.

O processo de Avaliação Educacional é abrangente, iniciando pela coleta e organização sistemática das informações, até a análise detalhada de como na prática o sistema educacional está funcionando. Para garantir a eficácia da educação no país, o governo brasileiro tem se mobilizado e investido recursos significativos, buscando aprimorar a qualidade do ensino oferecido. Esse compromisso reflete a importância de um sistema de avaliação robusta e abrangente, que não apenas faz o diagnóstico do estado atual da educação, mas também fornece subsídios para a implementação de políticas educacionais mais eficientes e alinhadas às necessidades da sociedade.

Desse modo, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Governo Federal passou a obter um panorama mais claro sobre a qualidade da educação básica no Brasil. A primeira edição do Saeb foi essencial nesse processo, avaliando uma amostra representativa de escolas públicas e permitindo que dados relevantes sobre o desempenho escolar fossem coletados e analisados (INEP, 2021). Essa iniciativa marcou um passo importante na construção de políticas educacionais mais informadas e eficazes, ao proporcionar uma base concreta para o diagnóstico e a melhoria do sistema educacional brasileiro.

O Saeb implementou sua primeira série de avaliação na década de 1990. Porém, Hippolyto (2013, p. 40) afirma que “desde os anos de 1980 já havia discussões sobre a necessidade de avaliar a educação básica brasileira”. Conforme a autora, a criação do Plano Decenal, seguida pelo Plano Diretor da Reforma e do Aparelhamento do Estado, foi fundamental para estabelecer o objetivo de avaliar a aprendizagem e o desempenho da educação. Essa iniciativa visava gerar dados e informações para a análise e revisão de planos e programas voltados à qualificação educacional.

Corroborando com a ideia da autora, Oliveira (2002), complementa que a primeira edição do Saeb, realizada em 1990, teve como foco a avaliação de uma amostra representativa de escolas públicas, abrangendo alunos da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do ensino fundamental. A avaliação incluiu as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Redação, proporcionando uma visão abrangente do desempenho dos estudantes (INEP, 2021).

Porém somente a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, o Brasil assumiu um compromisso maior com a qualidade da educação. Em resposta a esse compromisso, em 1993, o país desenvolveu o Plano Decenal de Educação para Todos (PDET), o qual explicitou a função central da União, especialmente



através do Ministério da Educação (MEC), na coordenação e articulação da formulação e avaliação das políticas educacionais nacionais (Ribeiro, 2002). Esse foi um avanço significativo na consolidação de um sistema educacional mais inclusivo e eficiente, com a responsabilidade do MEC em liderar e monitorar as estratégias educacionais a nível nacional, refletindo o compromisso do país em alcançar as metas estabelecidas no âmbito internacional.

Neste contexto de melhoria, a partir de 1995, houve uma significativa mudança metodológica no Saeb, com a adoção da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Essa abordagem, monitorada por técnicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), permite a obtenção de parâmetros de comparabilidade em escala, garantindo maior precisão e confiabilidade nos resultados das avaliações (Fontana, 2016).

De acordo com Brito et.al (2024), em 1995, o sistema de avaliação educacional no Brasil foi atualizado com base em empréstimos do Banco Mundial e terceirização técnica. A partir de então, as avaliações foram realizadas a cada dois anos, com foco em dois componentes principais: língua portuguesa e matemática. As provas foram aplicadas de forma amostral nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio, abrangendo tanto as redes públicas quanto privadas, nas áreas rurais e urbanas.

As avaliações em larga escala são realizadas fora do âmbito das redes de ensino e aplicadas a grandes grupos, utilizando testes uniformes. O foco dessas avaliações é examinar o desempenho das instituições e dos sistemas educacionais como um todo, não somente avaliar diretamente o aluno. Essas políticas buscam entender a qualidade da educação numa perspectiva mais ampla, permitindo ajustes e melhorias necessárias no sistema educacional (Brito et. al,2024).

Portanto, é fundamental que professores e gestores analisem os resultados das avaliações externas de forma crítica, a fim de estabelecer metas e desenvolver novas estratégias. Essas intervenções devem ser direcionadas a promover a aprendizagem dos alunos, que é o principal sujeito destas avaliações.

Nesse sentido, Horta Neto (2016, p.17), enfatiza que:

Os resultados das avaliações não devem ser usados única e exclusivamente para traduzir um certo desempenho escolar. A sua utilização implica em servir de forma positiva na definição de novas políticas públicas, de projetos de implantação e modificação de currículos, de programas de formação continuada dos docentes e, de maneira decisiva, na definição de elementos para a tomada de decisões que visem a provocar um impacto, ou seja, mudanças no pensar e no agir dos integrantes do sistema.

Assim de acordo com Horta Neto (2016), o Saeb, pretende ir além da medida do desempenho do aluno, pois:



(...) o desempenho do aluno é um indicador privilegiado, mas não se pode considerá-lo suficiente. Como indicador do processo, diagnostica uma situação, mas não aponta como podemos superá-la. Para que possamos compreender mais sobre a qualidade do ensino, são necessários outros indicadores que possam explicar as condicionantes extra e intraescolares; em última instância, é necessário passar o registro dos efeitos à consideração das possíveis determinantes (Horta Neto, 2016, p. 192).

Assim, embora o desempenho dos alunos seja um indicador essencial da qualidade educacional, ele não é suficiente para oferecer uma compreensão completa do processo de ensino. Para superar as limitações identificadas, é necessário considerar outros indicadores que explicam os fatores internos e externos à escola, permitindo uma análise mais ampla e precisa dos possíveis determinantes que impactam a educação.

Outro fator relevante para o histórico do Saeb, foi a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. A referida lei propõe a obrigatoriedade da participação das escolas no Saeb. Desde então, municípios e Estados devem integrar suas escolas ao sistema nacional de avaliação. O Artigo 87, inciso IV, estabelece que é necessário “incluir todos os estabelecimentos de ensino fundamental no sistema nacional de avaliação do rendimento escolar”.

Em 1997, o Saeb passou a utilizar matrizes de referência próprias para elaborar os itens dos testes cognitivos. O desempenho dos estudantes foi analisado com base nos níveis das escalas de proficiência, com especialistas estabelecendo vínculos entre os ciclos escolares e os desempenhos mínimos esperados. A avaliação atualmente é aplicada aos alunos do 6<sup>a</sup> e 9<sup>o</sup> anos do ensino fundamental e da 3<sup>a</sup> série do ensino médio, em escolas públicas e privadas, abrangendo as disciplinas de língua portuguesa, matemática e ciências naturais, ainda em caráter amostral (INEP, 2021). Dessa forma, a partir de 1997, a avaliação da educação básica no Brasil foi formalmente instituída.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção apresenta-se o resultado da investigação, ou seja, a pesquisa propriamente dita. Aqui apresenta-se a percepção dos professores sobre a divergência e convergência entre as avaliações externas e internas, aborda-se também sobre a formação continuada destes profissionais para trabalhar avaliação educacional na perspectiva da TRI. Trata-se também sobre os modelos de avaliação da aprendizagem utilizados pelos docentes no contexto avaliativo da sala de aula. Os resultados discutidos aqui foram obtidos através de questionário online de autopreenchimento disseminado entre os professores do Estado do Ceará e de





Roraima. No total foram obtidas 153 (cento e cinquenta e três) respostas de professores da Educação Básica, sobre as quais discute-se a seguir.

#### **4.1. Relação entre a Avaliação Educacional e a Avaliação da Aprendizagem**

O termo “avaliar” encontra-se presente em quase todas as discussões sobre educação. O mesmo tem sido utilizado sempre no sentido de medir resultados no que se refere às aprendizagens dos alunos frente aos conteúdos ministrados pelos professores no cotidiano escolar. A avaliação escolar sempre foi objeto de preocupações por parte dos professores, porém centra-se quase sempre na avaliação do aluno e suas aprendizagens.

Porém nesta pesquisa apresenta-se dois tipos de avaliação: Avaliação Educacional e Avaliação da Aprendizagem. A avaliação Educacional, é uma atitude metódica, empregada para conhecer e tomar posições não dogmáticas, atribuindo valor ao conhecimento por meio de um exame sistemático dos seus fundamentos e dos procedimentos empregados para produzi-lo (Kant, 2021). Portanto, a Avaliação educacional é a ação e o resultado da ação de examinar algo com o fim de produzir um juízo de valor sobre o que foi avaliado. Nesta pesquisa chama-se de Avaliação educacional, o modelo de avaliação empregado pelo Saeb em relação à educação brasileira. Avaliação educacional, portanto, consiste em obter informação, formular juízos e tomar decisões.

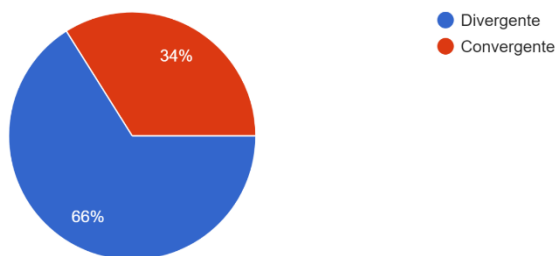
Enquanto que a Avaliação da Aprendizagem é aquela praticada em sala de aula, no campo das disciplinas escolares. É um processo que viabiliza a aprendizagem do aluno e autoriza a integralização entre os anos letivos, sendo um processo contínuo que envolve diretamente a relação professor/aluno. A aprendizagem pode ser verificada pela mudança de comportamento, entende-se comportamento como um pensamento ou uma ação (Skinner, Tyler, 1975).

A avaliação da Aprendizagem, no caso, seria um mecanismo subsidiário onde o professor detectaria os níveis de aprendizagem atingidos pelos alunos e trabalharia para que este atingisse a qualidade mínima necessária (Luckesi, 2012).

Na pesquisa, questionou-se aos professores sobre a divergência e/ou convergência entre a avaliação educacional e a avaliação da aprendizagem e o resultado obtido foi o seguinte:



**Gráfico 01:** Relação entre Avaliação da Educacional e Avaliação da Aprendizagem



**Fonte:** elaborado a partir da resposta dos participantes da pesquisa.

De acordo com o gráfico acima é possível perceber que 66% dos investigados afirmaram que a relação entre as duas avaliações são divergentes, enquanto 34% disseram que é convergente. Neste contexto percebe-se que a maioria dos participantes da pesquisa não veem um diálogo harmônico entre as avaliações externas e internas, justificando assim, muitas vezes o baixo índice de desenvolvimento da educação brasileira.

#### 4.2 Formação continuada dos professores e a Teoria de Resposta ao Item (TRI)

A TRI é considerada um marco para a Psicometria moderna (Nunes & Primi, 2005). Também conhecida como Teoria da Curva Característica do Item ou Teoria do Traço Latente. A mesma trata sobre um conjunto de modelos matemáticos que considera o item como unidade básica de análise e procura representar a probabilidade de um indivíduo dar uma certa resposta a um item como função dos parâmetros do item (Andrade 2000).

A TRI assume dois postulados básicos. Um deles é de que o desempenho do examinando em um item pode ser predito a partir de um conjunto de fatores ou variáveis hipotéticas. Outro postulado é de que a relação entre o desempenho e os traços latentes pode ser descrita por uma função matemática monotônica crescente, cujo gráfico é chamado de Curva Característica do Item (CCI) (Pasquali, 2007).

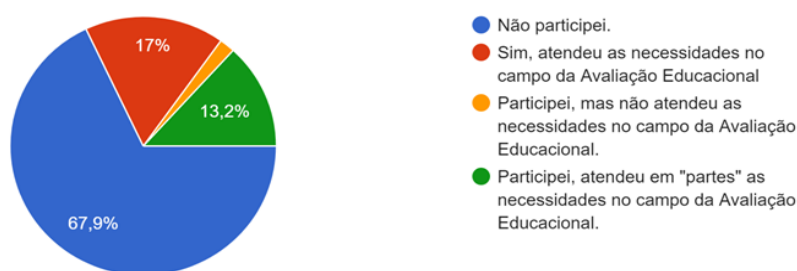
Esse tipo de teste tem sido amplamente utilizada nas últimas décadas na elaboração de testes de avaliações educacionais de larga escala, calibração de itens, construção de escalas de habilidades e de bancos de itens, investigação do funcionamento diferencial dos itens, entre outros processos referentes ao desenvolvimento de testes (Hambleton; Cols, 1991).

No Brasil, a TRI é utilizada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o Saeb. Tendo como propósito avaliar a qualidade, equidade e a eficiência da educação brasileira.

Nessa avaliação, o uso da TRI favoreceu a construção de uma escala de habilidades comum entre séries e entre anos que permite o acompanhamento da evolução do sistema educacional brasileiro ao longo dos anos (INEP, 2021). No entanto embora relevante, nem todos os professores tem acesso a formação continuada para utilizar essa teoria em suas práticas pedagógicas.

Esse questionamento pode ser confirmado no gráfico a seguir, quando se perguntou se as formações continuadas ofertadas a estes profissionais abordavam sobre a TRI e se as mesmas atendiam as reais necessidade dos professores e alunos na perspectiva avaliativa. As respostas obtidas foram as seguintes:

**Gáfico 02:** Relação entre formação continuada e Teoria de Resposta ao Item (TRI)



**Fonte:** elaborado a partir da resposta dos participantes da pesquisa.

Em consonancia com o gráfico é possível perceber que a maiorias dos investigados, sendo 67,9% no total, afirmam nunca terem participado de formação ou oficinas envolvendo esta temática. Enquanto 17% afirmam que já tiveram formação sobre a TRI e a mesma atendeu a suas necessidades no campo avaliativa, ainda 13,2% responderam que participaram de formação continuada sobre a temática, mas a mesma só tendeu em partes as necessidades no campo da Avaliação Educacional e um mínimo de 1,9% afirmam que receberam a formação continuada sobre a temática, mas a mesma não atendeu as necessidades no campo avaliativo.

De acordo com a análise deste gráfico é possível perceber que ainda há muito a ser feito para poder aproximar a avaliação educacional da avaliação da aprendizagem. Essa lacuna deve ser preenchida através da formação continuada, pois esta, é um processo de desenvolvimento complementar à formação inicial, ou seja, uma atualização dos conhecimentos necessários à profissão. Os documentos oficiais da educação nacional, a LDBN, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE), garantem a ampliação do conhecimento do professor considerando-o um direito de todos os profissionais da área.



a capacitação docente, ela explicita seu compromisso com o crescimento de sua equipe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final desta produção é possível perceber que o modelo de Avaliação utilizado pelo, o Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil (Saeb) diverge bastante da forma como a avaliação da aprendizagem acontece no cotidiano escolar. Uma das principais divergências é a forma como essa avaliação acontece. Pois o professor utiliza um tipo de avaliação pautada na avaliação diagnóstica e formativa, enquanto o Saeb traz um modelo de avaliação de larga escala, sendo que, cada nível da escala é conceituado como adequado, ou não adequado.

Ainda percebe-se que os docentes apresentam dificuldades para trabalhar com a Teoria de Resposta ao Item (TRI) em suas metodologias de ensino, pois de acordo com a pesquisa, a grande maioria, não recebeu formação continuada para tal. Pois, a formação continuada ofertada aos professores não atende às reais necessidades deste no campo da Avaliação Educacional. Somente com formação continuada de qualidade é possível a Avaliação Educacional no Brasil dialogar com a Avaliação da Aprendizagem, para que assim, a aprendizagem ocorra de forma efetiva.

No entanto vale salientar que, os resultados do sistema nacional do Saeb é o que direciona as políticas educacionais estaduais e municipais a gerir seus sistemas de ensino. O mesmo atualmente é pautado na responsabilização individual dos alunos, dos professores e das escolas pelo seu desempenho. Sendo que, os setores não são responsabilizados pela falta de formação adequada aos professores.

## REFERÊNCIAS

Andrade, D. F. de, Tavares, H. R. & Valle, R. da C. **Teoria de resposta ao item: conceitos e aplicações**. São Paulo: ABE – Associação Brasileira de Estatística. 2000.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei n. 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Inep. Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2024.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

HIPPÓLYTO, L. de Q. **Avaliação dos resultados do SPAECE da 3ª série do Ensino Médio, em Matemática no Ceará, e sua repercussão na prática pedagógica dos**



**professores:** um estudo descritivo dos anos 2008, 2009 e 2010. 2013. 157 folhas. Área de Concentração: Ensino de Ciências e Matemática. UFC, Fortaleza, 2013.

HORTA NETO, J. L. **As origens do Saeb:** Julio Jacobo Waiselfisz entrevistado por João Luiz Horta Neto. Em Aberto, Brasília, v. 29, n. 96, p. 177-193, maio/ago. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Boletim SAEB 2019:** Resultados e Escalas de Proficiência. Brasília: Inep, 2019.

KANT, Immanuel. Prefácio à segunda edição. In: **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. pp. 35-51.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem** – Componente do ato pedagógico. CORTEZ Editora, 2012.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, P. E. A et al. História da educação no Brasil e a prática docente diante das novas tecnologias. IX **Seminário nacional de estudos e pesquisas história sociedade e educação no Brasil**. Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, anais eletrônicos, 2012.

OLIVEIRA, R. P. de; ARAÚJO, G.C. de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, RJ, n. 28, p. 5-23, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **História da educação e da pedagogia:** geral e do Brasil. São Paulo: Cortez, 2000.

Pasquali, L. **Teoria de resposta ao item:** teoria, procedimentos e aplicações. Brasília: LabPAM/U, 2007.

RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 21.ed. Campinas: Editores Associados, 2002.

SKINNER, Burrhus Frederich. **Tecnologia do ensino**. São Paulo: Herder/Editora da USP, 1972.

TYLER, Ralph W. **Princípios básicos de currículo e ensino**. 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

KANT, Immanuel. Prefácio à segunda edição. In: **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. pp. 35-51.